



EDUCAÇÃO FINANCEIRA: COMO OS FUTUROS ADMINISTRADORES GERENCIAM SEUS RECURSOS?

FELIPE AUGUSTO CÁSSIO SANTOS

f.aulgusto@hotmail.com

UNIPTAN

LUIZ FONSECA DA SILVEIRA JUNIOR

luizitsjunior@gmail.com

UNIPTAN

KELLY APARECIDA TORRES

kellyaportres@yahoo.com.br

UNIPTAN

ANELIZE CAROLINE SILVEIRA

anny.psyc@hotmail.com

UFSJ

Resumo: A educação financeira diz respeito às relações que os indivíduos estabelecem com os recursos financeiros, bem como sua utilização, seja com o objetivo de acumular, investir ou mesmo resguardar as riquezas materiais. Construir o gerenciamento das finanças, em especial as pessoais, exige dos indivíduos uma educação satisfatória, que pode ser compreendida como um processo de conhecimento que permite à população criar habilidades que possam auxiliar na opção por alternativas plausíveis e seguras destes recursos financeiros. O objetivo do presente artigo foi o de verificar como os discentes do curso de administração do UNIPTAN geram e administram seus recursos, a fim de cumprirem com suas obrigações financeiras. Para isto foi realizada uma pesquisa qualitativa, de cunho descritivo, apoiada pelo método estudo de caso, em que foram aplicados 50 questionários aos universitários. Com base nos resultados, constatou-se que apesar destes discentes ainda estarem iniciando a graduação em administração, eles mantêm, de modo geral, uma boa gestão financeira pessoal, o que contribui para uma estabilidade na qualidade de vida e na tomada de decisões assertivas envolvendo finanças.

Palavras Chave: Educação - financeira - gerenciamento - administração - pessoal



1. INTRODUÇÃO

O dinheiro, atualmente, é algo muito valorizado em todo o mundo e de fundamental importância para a economia de um país. Sabemos que sua utilização traz grandes efeitos positivos para o âmbito econômico, mas seu mau uso pode acarretar o surgimento de perdas financeiras, índices de endividamento e inadimplências econômicas. Percebe-se, aqui, a importância de se conhecer e estudar sobre a educação financeira e compreender como um conhecimento de gestão de finanças pode ser útil, não só para a vida de um indivíduo, mas, também, do coletivo.

Nos dias atuais, o índice de endividamento e inadimplência da população brasileira está cada vez maior (57,1% da população encontra-se endividada, conforme do censo PEIC 2017), sendo os jovens uma parcela da população que muito apresenta este comportamento. De acordo com pesquisas realizadas no serviço de proteção ao crédito (SPC), o número de jovens negativados atinge os 4,81 milhões de pessoas em janeiro de 2018, o que representa 20% desta população juvenil. Entre as justificativas plausíveis deste levantamento, encontram-se a falta de organização e a inexperiência no trato do dinheiro pessoal, o que permite os impulsos consumistas e a facilidade na obtenção de créditos (SPC, 2018).

Tal índice mostra, cada vez mais, a importância de se construir uma boa gestão financeira pessoal, possibilitando aos indivíduos arcar, sem riscos, com as responsabilidades e obrigações financeiras que lhes são direcionadas. É válido, ainda, mencionar que nem todo o consumo é supérfluo ou fruto de gastos desnecessários, pois existem obrigações financeiras fixas de alta necessidade. No caso dos universitários, alguns dos custos fixos englobam a locomoção até a universidade, os gastos com a alimentação e moradia, além das altas mensalidades dos cursos, como ocorre na graduação em administração.

Vale ressaltar que, a despeito do contexto acima descrito, estudos envolvendo a saúde financeira pessoal surgem como estímulo a novos comportamentos relacionados às escolhas, decisões e prioridades que contribuam para uma satisfatória administração dos recursos. Neste sentido, o artigo traz como problemática a seguinte questão: como os discentes do curso de administração geram seus recursos para cumprirem suas obrigações financeiras, estudando em uma instituição privada?

A pesquisa traz como justificativa o fato de que muitos dos universitários de instituições particulares necessitam de uma rotina dupla para cumprir com seu planejamento de vida. Em grande maioria, trata-se de discentes que trabalham durante o período diurno e frequentam os cursos de graduação no noturno. Além disso, há uma necessidade de arcar com seu orçamento mensal, que vai além dos custos exclusivos de uma graduação. Tal justificativa se entrelaça à vivência dos autores, uma vez que se trata de alunos que também se encontram inseridos em um cenário que exige um planejamento financeiro que vá de encontro com o cumprimento de demandas e a quitação de diversos custos. No entanto, vale ressaltar que existem discentes que não conseguem o domínio de sua saúde financeira, o que acarreta casos de endividamento e inadimplência com as datas e limites de suas dívidas. Acompanhar este fenômeno e saber como se encontra o planejamento pessoal de outros universitários, torna-se, aqui, um ato de grande interesse acadêmico.

O objetivo geral deste artigo é verificar como os alunos do curso de administração de uma instituição privada geram e administram seus recursos para cumprirem com suas obrigações financeiras. Como objetivos específicos, estudar e mostrar o que é educação financeira pessoal, conhecer os facilitadores de crédito oferecidos pelas instituições financeiras e analisar o grau de endividamento e inadimplência que estes discentes do curso de administração apresentam, mostrando quais os tipos de crédito que estes mais utilizam e as ações que executam para administrar a vida financeira pessoal.



Para tal verificação foi realizada uma pesquisa, apoiada pelo método estudo de caso, que utilizou da aplicação de um questionário para se coletar as informações de interesse, que darão importância e relevância ao assunto pesquisado neste trabalho. Responderam ao questionário 50 alunos do curso de administração do 1º ao 6º período, sendo estes, escolhidos de forma aleatória. Posteriormente, foi realizada a análise e discussão dos resultados obtidos. No referencial teórico aborda-se assuntos sobre educação financeira, planejamento financeiro pessoal, os custos apresentados pelos discentes e, por fim, os facilitadores de créditos oferecidos pelo mercado atual.

2. EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Todos os dias, milhares de pessoas fazem algum tipo de operação financeira, muitas vezes, sem a própria percepção desta ação. As finanças fazem parte de todo o cotidiano da população, seja pela escuta da situação econômica do país nos jornais, seja pelas compras de mercadorias e produtos, na utilização do cartão de crédito ou até mesmo nos pequenos ou grandes empréstimos bancários, que muitas das vezes são usados na quitação de uma dívida em atraso.

De acordo com Kiyosaki e Lechter (2000), o sistema educacional brasileiro torna-se falho por não ter em sua grade curricular matérias de transmissão de conhecimento financeiro, uma vez que se trata de um tema tão importante no dia-a-dia da população. A inserção destas disciplinas auxiliaria na reflexão das responsabilidades individuais, no planejamento e administração da economia, além de desenvolver um possível espírito empreendedorista que vá de encontro com uma qualidade de vida estável (STAMBASSI; SILVA, 2015). Mediante a esta restrição de informações, o sistema acaba criando analfabetos financeiros, por não transmitir este tipo de conteúdo nas instituições de ensino, o que seria de grande importância, desde os primeiros anos da educação básica (KIYOSAKI; LECHTER, 2000). De forma geral, a educação financeira no Brasil apresenta níveis muito superficiais, o que pode ser explicado pelo fato do país ter passado por sucessivos governos, que ocasionaram a instabilidade financeira do país, anos de alta inflação, alto índice de desemprego e mal planejamento financeiro, o que influenciou diretamente na estabilidade dos brasileiros (FRANKENBERG, 1999).

Jacob, Hudson e Bush (2000) definem a educação financeira explicando o significado de suas palavras: a “educação” envolve normas sociais que usam práticas e atitudes fundamentais para a transmissão do conhecimento, já o termo “financeira” implica em usar números, quantificar itens, envolvendo sempre o dinheiro. Para a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – OCDE a educação financeira é:

[...] O processo pelo qual consumidores e investidores melhoram seu entendimento sobre os conceitos e os produtos financeiros, através da informação, instrução e/ou conceitos objetivos, desenvolvem as habilidades e a confiança para conhecer melhor os riscos e as oportunidades financeiras e assim tomarem decisões fundamentadas, que contribuem para melhorar seu bem-estar financeiro (MIRANDA; LEAL; ARAÚJO, 2017, p.3).

Halfeld (2006) também afirma que a educação financeira é um modo pelo qual o indivíduo busca uma série de conhecimentos para melhor administrar seus recursos, analisando sua situação atual, com perspectivas para o futuro. Ela é fundamental na vida de todas as pessoas, não só para ajudá-las a planejar e gerir seus ganhos, mas também, para auxiliá-las a poupar e até mesmo realizar investimentos.

A importância da educação financeira pode ser analisada sob diversos aspectos, destacando, principalmente, o bem-estar de cada indivíduo, bem como as consequências deixadas por sua ausência. No que se refere ao bem-estar, pode-se citar o cumprimento de



suas despesas e a estabilidade financeira. Já a ausência desta educação pode provocar a inclusão do nome dos indivíduos em sistemas como o SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) e SERASA (Centralização de Serviços dos Bancos), fato este que proporcionaria uma falta de credibilidade diante do mercado financeiro.

Percebe-se, contudo, que tal educação vai além do auxílio na construção de um planejamento, uma vez que envolve uma reflexão sobre o passado, o presente e o futuro. Necessita, ainda, de objetivos claros e bem estabelecidos, tudo isso para que possa se alcançar a edificação de uma estabilidade financeira (FRANKENBERG, 1999).

2.1 PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL

Tratar as finanças pessoais como uma área de conhecimento no âmbito da ciência econômica é uma necessidade contemporânea que tende a crescer à medida que cada indivíduo vai se tornando uma unidade produtiva autônoma, isto é, um detentor de capital humano capaz de desenvolver habilidades, conhecimentos e capacidades vinculadas não só ao pessoal, mas, também ao financeiro, na aquisição de bens e/ou serviços (PIRES, 2007). O planejamento financeiro, de acordo com Rassier (2010, p.15) é “o processo de gerenciar os recursos com o objetivo de atingir a satisfação pessoal, obter a independência financeira e conquistar seus sonhos. Frankenberg (1999) acrescenta que o planejamento financeiro auxilia na formação do patrimônio do indivíduo e atua como estratégia direcionadora ao acúmulo de bens e valores, devendo abranger sempre o curto, médio e longo prazo. Sua falta pode provocar gastos desnecessários e impedir o aparecimento de oportunidades para se obter uma reserva financeira, que muito pode auxiliar no futuro, até mesmo para se fazer um investimento.

Segundo Silva, Souza e Levino (2016), este planejamento deve buscar adequar a renda dos indivíduos às suas necessidades. Para que isso aconteça é de fundamental importância que haja um envolvimento de todas as pessoas que estão sujeitas ao mesmo orçamento, seja no planejamento ou na execução das finanças. Os autores acrescentam que com a eficácia deste planejamento abre-se espaço para decisões satisfatórias nos investimentos, consumos, gastos básicos, bem-estar, segurança e satisfação de desejos. Com isso, percebe-se a necessidade de o planejamento financeiro ser constante, criando possibilidades para que os indivíduos saibam utilizar os créditos de forma correta, não assumindo riscos e buscando seus objetivos de maneira mais segura (SECURATO, 2007).

2.2 AS FINANÇAS DOS ALUNOS UNIVERSITÁRIOS E OS FACILITADORES DE CRÉDITOS

Muito mais que falta de administração financeira, percebe-se, atualmente, que muitos indivíduos assumem o ato de consumir somente para se enquadrar em uma sociedade em que o “ter” tornou-se mais importante que o “ser”, lugar este onde o estar sempre na moda, realizar várias compras, ter altos limites nos cartões de crédito fogem de uma necessidade e passam a ocupar um lugar de prestígio, status (SILVA; SOUZA; FAJAN, 2015). Diante disso, muitas pessoas acabam realizando um consumo excessivo e impulsivo, que muitas vezes foge das possibilidades de um orçamento mensal, acarretando no desenvolvimento de dívidas, que quando acumuladas, excedem a capacidade de um pagamento correto, proporcionando as inadimplências e o conseqüente endividando (REIS; MATSUMOTO; BARRETO, 2013).

Tais autores acrescentam a facilidade permitida aos indivíduos para se realizar compras, mesmo sem o dinheiro no ato do fechamento do pedido, o que acaba por incentivar o consumismo e proporcionar uma situação ilusória do pagamento. Silva (1998, p. 63) trata o conceito de crédito em um sentido restrito e específico:

“em um banco que tem a intermediação financeira como sua principal atividade, o crédito consiste em colocar à disposição do cliente (tomador de recursos) certo valor sobre a forma de empréstimo ou financiamento, mediante a uma promessa de pagamento numa data futura.”

Em um cenário de grandes dificuldades financeiras, um aluno pode recorrer a um banco ou instituição financeira para tomar recursos que servirão para sair da “crise”. O problema é que este tipo de instituição não vai colocar à disposição desse cliente um valor monetário sem antes se preocupar com os próprios lucros e a garantia de pagamento, uma vez que tais instituições tratam esta atividade como uma de suas principais ações no ramo.

Essa situação, tão comum na vida de muitos indivíduos, induz o fortalecimento deste tipo de ação, de maneira ilusória ou equivocada, direcionando o indivíduo para um acerto de contas que muito contribui para os índices de endividamento e inadimplência. No entanto, torna-se necessário ressaltar que não são todos os indivíduos e/ou discentes que apresentam estes comportamentos. Azevedo et. al (2012) argumenta que os universitários, incluídos em graduações de Administração, são menos propensos a desenvolver hábitos de endividamento e conseguem realizar um orçamento mensal que seja compatível a sua remuneração. Tal fato pode ser justificado pelo estudo e acompanhamento de disciplinas que auxiliam na construção de uma boa educação financeira pessoal. Mas, voltando à temática da busca pela obtenção do crédito junto às instituições financeiras, Lewgoy (2016) apresenta alguns tipos, que são comuns ao mercado atual:

Financiamentos: Esse tipo de empréstimo costuma ter juros mais atrativos que os outros, uma vez que os próprios bens adquiridos servem como garantia de recebimento por parte da instituição. É utilizado na aquisição de um carro ou um imóvel, por exemplo. “Esse é o melhor tipo de crédito para o consumidor, mas é preciso dar a maior entrada possível para pagar menos juros”, sugere Marcela, do SPC Brasil. Quanto maior for o número de parcelas maior será a taxa de juros embutidas.

É válido ressaltar que neste tipo de crédito encontra-se o principal financiamento estudantil, concedido aos estudantes com renda per capita de até 3 salários mínimos, o chamado FIES. Em pesquisas realizadas, constatou-se que o primeiro semestre de 2018 passou a ter taxa de juro igual a zero. Uma vez aprovado o financiamento, o aluno deve pagar mensalmente a coparticipação, ou seja, a parte não financiada de encargos educacionais, diretamente ao agente financeiro. Concluído o curso, o contratante começa a pagar o financiamento a partir do mês subsequente à formação (MEC, 2018).

o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) criado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 é uma ação do Ministério da Educação que financia cursos superiores não gratuitos com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (MEC, 2018).

Crédito Consignado: considerado o empréstimo mais atrativo e rápido no caso de uma emergência, mas só pode ser tomado por funcionários de empresas privadas, servidores públicos e aposentados pelo INSS. Esse tipo de crédito é descontado direto da folha de pagamento do indivíduo e seu índice de inadimplência é mínimo. Caso ocorra a desvinculação do funcionário com a empresa, o valor do saldo devedor ocorre no momento da rescisão.

Empréstimo Pessoal ou Crédito Pré-aprovado: essa modalidade de crédito pode ser contratada normalmente com os atendentes do banco, mas também é possível pelo caixa eletrônico ou até mesmo em celulares, fato este que torna essa modalidade mais cara, pois é rápida, prática e sem muitas garantias. Menores taxas podem ser adquiridas indo diretamente no banco, para se conversar com um gerente que já tenha conhecimento sobre o assunto. “Diga que você quer tomar crédito pessoal, mas que não quer o pré-aprovado e explique por que”, aconselha Marcela, do SPC Brasil. O pré-aprovado já fica disponível no seu extrato,

permitindo ser tomado a hora que o cliente quiser, sem precisar ir ao seu gerente. Se você não tem acesso ao crédito consignado, essa é a opção de empréstimo mais barata para arcar com uma dívida, como recomenda Calife, da Boa Vista SCPC.

Crédito Parcelado: quando você utiliza uma compra parcelada no cartão de crédito com juros, você provavelmente está pagando uma taxa maior do que a de um empréstimo pessoal ou crédito consignado e, assim, essa modalidade creditícia pode sair mais cara que outras. Portanto, é preferível comprar à vista e com desconto. Tem promoções que dividem sem juros, porém as empresas estipulam a quantidade máxima de parcelas e a partir disso, incluem estes juros nas compras.

O cartão de crédito pode ajudar nas finanças pessoais quando sua compra puder ser paga de uma só vez, mas para parcelar com ele o cuidado necessita ser dobrado. Quando seus recursos não são suficientes para pagar a fatura do cartão, você pode cair no rotativo, precisando, obrigatoriamente, parcelar o valor que será acrescido de uma taxa de juros que só não é mais alta que a modalidade de crédito para negativados, os chamados “juros do cartão de crédito”. Marcela, do SPC Brasil, explica que “quando você entra no crédito rotativo, a bola de neve está instalada e a dívida se multiplica muito rápido”.

Cheque Especial: esse tipo de crédito é tomado quando você precisa realizar uma compra e não tem dinheiro em sua conta corrente, necessitando utilizar o cheque especial que, posteriormente, será revertido em cobrança. Sua taxa é bem alta, uma vez que este recurso pode estar disponível de maneira simples e automática na instituição que emite o cheque. De maneira resumida, o cheque especial é um limite disponível em sua conta corrente que é usado automaticamente quando o indivíduo gasta mais do que seu saldo disponível. “Muita gente não acompanha quanto gasta, cai no cheque especial sem perceber e o banco se aproveita disso sem avisar o consumidor”, alerta Marcela, do SPC Brasil.

Crédito para Negativado: essa modalidade é oferecida apenas para clientes que estão na lista de inadimplentes e tem dificuldades para conseguir empréstimos no mercado financeiro. A taxa desse crédito é muito alta, pois considera a chance de a financeira não receber o valor oferecido. Para quitar alguma dívida o indivíduo acaba contraindo outra, que pode se tornar ainda maior. “Se você está negativado, em vez de tomar crédito na financeira para pagar sua conta, negocie diretamente com o credor”, recomenda Calife, da Boa Vista SCPC (LEWGOY, 2016).

2.3 CUSTOS UNIVERSITÁRIOS

Além de arcar com o consumo dos bens pessoais e de sobrevivência é importante mencionar, também, que todo e qualquer discente tem várias obrigações financeiras com sua vida acadêmica, sendo a principal delas, o custo com a alta mensalidade de um curso superior. Citando diretamente a graduação em Administração, o curso apresenta um custo de 60% do valor do salário mínimo vigente (R\$ 954,00), o que acaba sendo somado a outros custos como o transporte (muitos são de outras cidades), moradia, alimentação, impressões de materiais para as aulas, entre outros.

Diante de tantos custos, surge a necessidade de usar recursos financeiros de terceiros, isto é, aceitar os facilitadores de crédito oferecidos pelo mercado atual. De acordo com Frade e Magalhães (2006), o uso do crédito não configura um mal em si próprio, pois se planejado, principalmente em situações de estabilidade financeira, ele permite facilitar a acessibilidade de determinados bens e serviços, o que contribui para o aumento do bem-estar dos indivíduos e das famílias. Porém, ao serem ofertados de forma fácil, como é em nosso país, se transforma em uma arma perigosa que pode levar ao endividamento, justificando mais uma vez, a necessidade de uma educação financeira, que auxilie na tomada de decisões.



Os autores supracitados mostram uma visão diferente quanto a contratação destes facilitadores de créditos pelos discentes, já que estes os utilizam como estratégia na busca e conquista por seus objetivos, principalmente o da graduação. No entanto, não há como negar que muitos não pensam a longo prazo, do ponto de vista financeiro e se apegam ao dinheiro para realizar seus desejos e necessidades imediatas. Com isso, aceitam propostas mal formuladas, sem se aterem às possíveis consequências futuras. Exemplo disso é o FIES (Financiamento Estudantil – Programa do Governo) que é contratado por alguns jovens que desejam se graduar e não dispõem de recursos próprios para ingressar em uma universidade privada. Neste caso exemplificado, o financiamento nem sempre é seguido de um bom planejamento financeiro, o que pode gerar preocupações futuras aos recém-formados, já que a carreira profissional nem sempre possui uma estabilidade financeira inicial. Autores como Ross, Westerfield e Jordan (2009) deixam claro que a dívida é o resultado de um empréstimo e que ao final do prazo delimitado, deve ser devolvido com o acréscimo de juros, informação esta que precisa estar bem clara aos discentes.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa, adotou-se como suporte metodológico a pesquisa qualitativa. Segundo Zanella (2009), a pesquisa qualitativa caracteriza-se pela ausência de instrumentos estatísticos na análise dos dados. Chaer, Diniz e Ribeiro (2011 *apud* Malhotra, 2006), acrescenta que ao se tratar de uma metodologia não estruturada e exploratória, a pesquisa qualitativa utiliza-se de pequenas amostras que proporcionam uma análise das características do problema de pesquisa. Trata-se, portanto, de uma pesquisa mais teórica, que envolve poucos dados numéricos.

Para apoiar a realização desta pesquisa qualitativa utilizou-se o método de estudo de caso, que de acordo com Zanella (2009, p. 88), trata-se de uma forma de se fazer pesquisa que aborda, com profundidade, poucos elementos, pequena amplitude, mas grande profundidade, uma vez que procura conhecer a realidade do objeto de pesquisa. Visando alcançar os objetivos propostos anteriormente foi aplicado um questionário a 50 discentes do curso de Administração, de forma aleatória, com questões referentes ao gênero, idade, utilização dos facilitadores de créditos, nível de endividamento, renda, para que assim, fosse levantado dados atuais sobre a situação financeira pessoal dos mesmos.

O questionário é uma das técnicas mais utilizadas para se coletar informações, constituindo-se de um conjunto de perguntas (abertas ou fechadas), aplicadas aos indivíduos a fim de se compreender opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas ou, ainda, para descrever as características de uma parcela da população e medir determinadas variáveis (GIL, 1999, p.128).

Como período demarcado para a aplicação do instrumento e coleta de dados foi escolhido o mês de março de 2018. O público alvo escolhido foram 50 alunos do curso de Administração de uma universidade privada, do primeiro ao sexto período, selecionados de forma aleatória. Depois de tabulados os dados, as informações foram cuidadosamente analisadas para se construir os resultados desta pesquisa.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Retomando a temática desta pesquisa, isto é, como os alunos do curso de administração do UNIPTAN geram e administram seus recursos para cumprirem suas obrigações financeiras, pode-se realizar algumas aproximações e análises do material coletado. De acordo com os dados obtidos, verificou-se que 58% dos universitários são do gênero feminino e 42% do masculino. Destes universitários, 86% trabalham e 14% não possuem vínculo trabalhista. Quanto a renda familiar, 48% possuem, mensalmente, uma renda



entre 1 a 3 salários mínimos, 44% de 3 a 6 salários e 8% dos questionados de 6 a 9 salários mínimos. Com relação a idade, os dados revelaram que os universitários são, em sua maioria, jovens já que 84% tem idade entre 18 a 30 anos e 16% tem idade entre 31 a 50 anos. No questionamento sobre as dívidas, 18% se encontram endividados e os outros 82% não.

Dos 50% dos entrevistados que se dizem autossuficientes nota-se que alguns não reconhecem a possibilidade de participação de terceiros na quitação dos gastos, não levando em consideração que há um compartilhamento de situações, principalmente os custos que se entrelaçam às moradias. Este fator também foi constatado por Matos e Bonfanti (2008), quando afirmam que nos jovens que são “bancados” pelos pais, o pensamento de não ter que se preocupar com as contas é ainda mais agravante, pois estes não se atentam com o cumprimento das despesas, o que pode influenciá-los no pensamento de “não haver contas a serem pagas”, uma vez que uma parte (ou mesmo a totalidade) dos gastos são sanados pelos recursos dos pais/família.

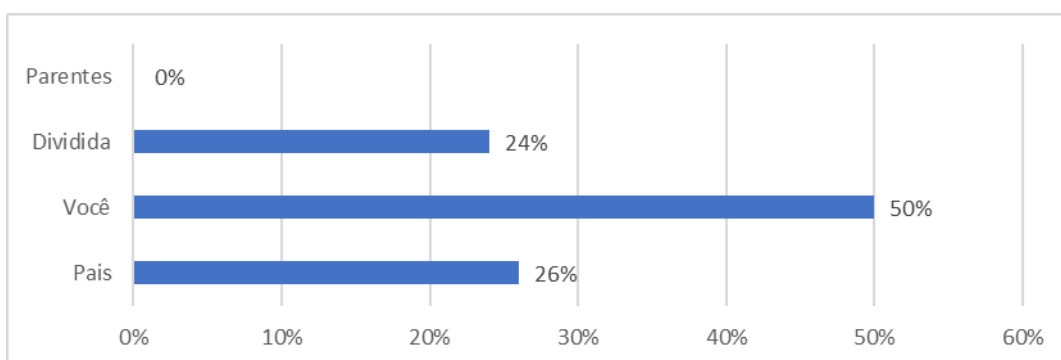


Figura 1: Quem é o responsável por suas despesas?

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme o resultado da figura 1, o que se observa entre os discentes do curso de administração é que, mesmo em meio a recente recessão financeira, a maioria ainda continua arcando com as suas despesas. Os demais entrevistados contam com a participação de terceiros, sejam estes os pais ou demais familiares.

Com relação ao uso de facilitadores de crédito foi possível constatar que a alternativa mais escolhida pelos discentes foi o cartão de crédito. A preferência por este recurso pode ocorrer pelo fato da maioria ser jovem e ainda não apresentar acesso efetivo às instituições financeiras, não possuindo um conhecimento claro sobre os demais recursos apresentados.

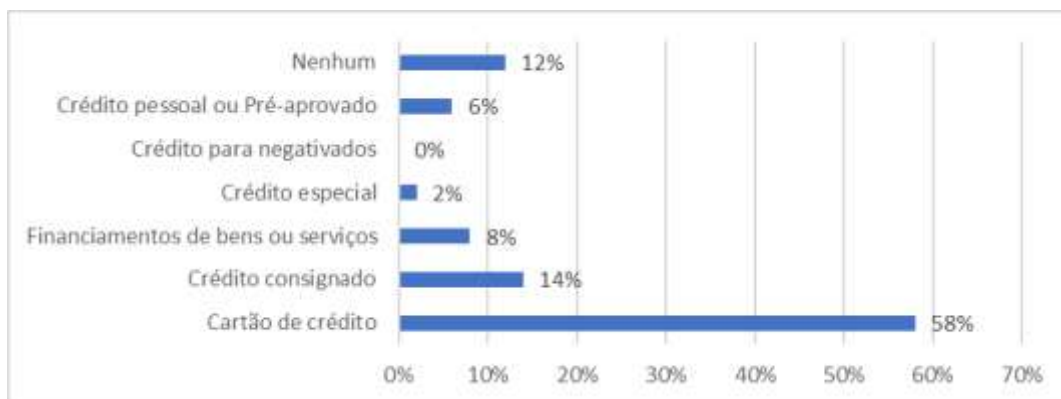


Figura 2: Já usou ou usa quais facilitadores de crédito?

Fonte: dados da pesquisa.



Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Cartão de Crédito e Serviços (ABECS, 2018), a prática de financiamento é mais confortável com o cartão de crédito e o valor médio dos gastos com este tem aumentado muito nos últimos anos. Segundo estimativas, em 2017 (comparado ao anterior), o crescimento foi de 5 a 7% de usuários, já para 2018 espera-se um aumento de 5,5 a 7,5%. Complementando esta ideia e, ao mesmo tempo, alertando os jovens para o futuro, Moura (2005) afirma que quanto mais cartões de crédito o indivíduo possui, mais recursos ele consome e, conseqüentemente, mais propenso ao endividamento. É válido ressaltar que este fator não é regra, e não ocorre de imediato, mas com o tempo pode se tornar um ato perigoso para a saúde financeira de um indivíduo.

Seguindo com as análises, constatou-se que no quesito atrasos e irregularidades o grupo predominante foi o de universitários que mantêm em dia sua obrigação com o UNIPTAN, seja por um bom planejamento pessoal ou pela utilização de recursos, como o FIES. Este dado ilustra a presença de um aspecto contraditório: muitas teorias dissertando sobre o endividamento de jovens universitários e nossos dados verificando sua assiduidade com a instituição de ensino privada, o que comprova que, em nosso contexto, a maior parte destes discentes vem controlando suas finanças pessoais, fato este que mantém a permanência destes alunos nos cursos de graduação.

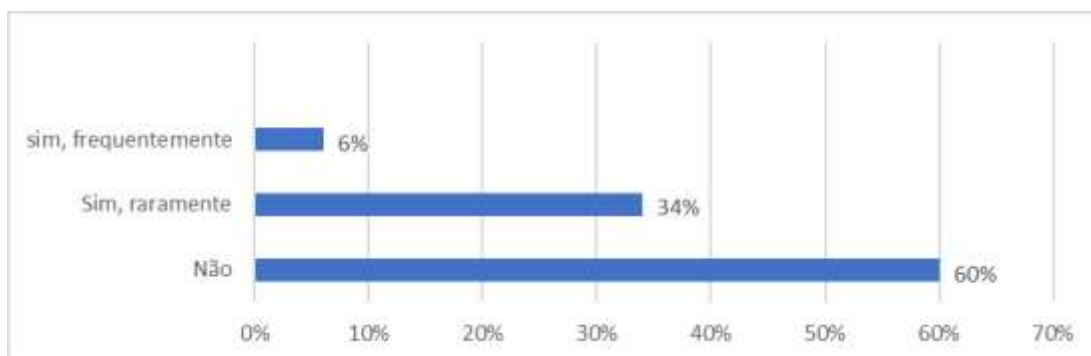


Figura 3: Já atrasou a mensalidade da graduação?

Fonte: dados da pesquisa.

No questionário, no que se refere a inadimplência, percebe-se que 20% dos alunos já tiveram problemas com suas dívidas. Destes, apenas 4% tentaram renegociação com a credora financeira. Comparado ao tamanho da amostragem, não é uma quantia tão elevada, porém, mesmo sendo uma porcentagem baixa é importante ficar atento a isso, pois ter o nome incluído nos órgãos de proteção ao crédito dificulta a busca de novos créditos no mercado e a credibilidade do indivíduo fica afetada.

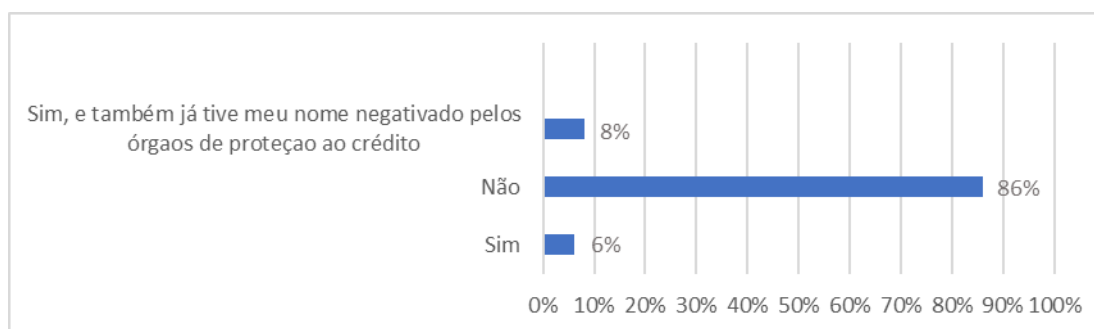


Figura 4: Tem ou já teve algum problema com juros bancário, chegou a ter o nome negativado?

Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com Lucci (2006), a alfabetização financeira também pode ser vista sob a perspectiva do bem-estar pessoal, sendo fundamental para evitar todo e qualquer tipo de inadimplências e desorganizações das despesas domésticas. É importante acrescentar que tal fato não prejudica exclusivamente a esfera pessoal, mas, em muitos casos, pode prejudicar até mesmo a carreira profissional pela perda de sua credibilidade.

Para fins de análise, um bom indicador na esfera universitária como para os credores financeiros foi o fato de 86% dos universitários questionados estarem inseridos no mercado de trabalho, apesar de um alto índice de desemprego em nosso país. Esse fator, pode auxiliar na justificativa da pequena porcentagem de endividamento e inadimplência, apresentados nesta pesquisa. Outro aspecto que merece reflexão diz respeito ao grupo de discentes que possuem ajuda dos pais ou são bancados por eles. A maior parte da amostra foi composta por universitários jovens (18 a 30 anos), muitos destes sem acesso aos diversos tipos de facilitadores de créditos, oferecidos atualmente no mercado financeiro. Tal afirmação pode ser confirmada pelos questionamentos acerca dos facilitadores de créditos e pela grande discrepância da utilização do cartão de crédito (76%) com os demais recursos disponibilizados.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa apresentou como objetivo geral analisar como os discentes do UNIPTAN administram seus recursos diante de seus gastos pessoais. Para tal proposta foi aplicado um questionário a 50 alunos, de forma aleatória, possibilitando constatar que a maioria destes universitários estão administrando bem seus próprios capitais, conseguindo manter uma boa saúde financeira, apesar do cenário atual de nosso país sofrer uma grande ressecação da economia.

Ao analisar os dados, a porcentagem de discentes que não possuem dívidas surpreendeu os autores, pois estes imaginavam que, devido ao momento financeiro delicado passado em nosso país, o índice de inadimplência seria maior, principalmente por se tratar da parcela jovem da população. Apesar de alguns alunos questionados cursarem os períodos iniciais da graduação e ainda não possuírem profundos conhecimentos sobre planejamento financeiro, educação financeira ou saúde financeira pessoal, foi percebido que estes possuem uma característica conservadora, analisam para onde se direcionam os seus recursos, para assim conseguir arcar com suas despesas pessoais, entre elas, os custos de uma graduação.

Contudo, a partir de uma análise geral deste estudo descritivo, seria interessante propor a realização de uma nova aplicação de questionários, com uma amostra maior de discentes para que os dados fossem mais precisos, passíveis de generalização, aproximando-se mais da realidade destes futuros administradores. Sugere-se, para pesquisas futuras, um maior aprofundamento desta temática, aumentando a amostragem não só internamente, mas abrangendo estudantes de outras instituições de ensino.

6. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE CARTÕES DE CRÉDITOS E SERVIÇOS (ABECS). ABECS: mercado de cartões tende a subir dois dígitos em 2018, puxado pelo débito. São Paulo, set. 2017. Disponível em: <www.abecs.org.br/noticia/mercado-de-cartoes-tende-a-subir-dois-digitos-em-2018-puxado-pelo-debito>. Acesso em: 01 jun.2018.

AZEVEDO, C. E. F.; OLIVEIRA, L. G. L.; ABDALLA, M. M.; GONZALEZ, R. K.; RIBEIRO, A. J. G.; HOLPERIN, M. M. Por que finanças? Avaliando o interesse de estudantes de graduação em administração pela área de finanças. Rev. Adm. Mackenzie, São Paulo, vol.13, n.6, p.168-196, 2012.

CHAER, G.; Diniz, R. R. P.; Ribeiro, E. A. A técnica do questionário na pesquisa educacional. Evidência, Araxá, vol.7, n.7, p.251-266, 2011.

FRADE, C.; MAGALHÃES, S. Sobreendividamento: a outra face do crédito. In: C. L. Marques & A. L. Cavallazzi (Orgs.). Direitos do consumidor endividado. Revista dos tribunais, São Paulo, p.23-43, 2006.

FRANKENBERG, L. Seu futuro financeiro, você é o maior responsável: como planejar suas finanças pessoais para toda a vida. 14ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HALFED, M. Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro. São Paulo: Fundamento Educacional, 2006.

JACOB, K.; HUDSON, S.; BUSH, M. Tools for survival: an analysis of financial literacy programs for lower-income families. Chicago: Woodstok Institute, 2000.

KIYOSAKI, R.; LECHTER, S. Pai Rico, Pai Pobre. Tradução: Maria Monteiro. 46ª ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 187p., 2000.

LEWGOY, J. Estes são os melhores e piores empréstimos para você. Revista Exame, 2016.

MATOS, C. A.; BONFANTI, K. Comportamento compulsivo de compra: fatores influenciadores no público jovem. Revista Enanpad, Rio de Janeiro, 16p., 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). MEC: fundo de financiamento estudantil. Brasil, 2018. Disponível em: <sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>. Acesso em: 03 mai.2018.

MIRANDA, R. A. F.; LEAL, E. A.; ARAÚJO, T. S. Finanças pessoais: um estudo das associações entre o conhecimento sobre finanças e as características dos estudantes universitários da área de negócios. XI congresso ANPCONT, Belo Horizonte, 18p., 2017.

MOURA, A. G. de. Impacto dos diferentes níveis de materialismo na atitude ao endividamento e no nível de dívida para financiamento do consumo nas famílias de baixa renda do município de São Paulo. 2005. 174p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração de empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2005.

PIRES, V. Finanças pessoais: fundamentos e dicas. Piracicaba: Editora Equilíbrio, 2007.

RASSIER, L. Conquiste sua liberdade financeira: organize suas finanças e faça seu dinheiro trabalhar para você. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2010.

REIS, C. V. S.; MATSUMOTO, A. S.; BARRETO, R. A. A propensão ao endividamento pessoal no distrito federal. Revista de economia e administração, Brasília, vol.12, n.4, p.415-427, 2013.

ROSS, S.; Westerfield, R.; Jordan, B. Princípios de administração financeira. São Paulo: Atlas, 2009.

SECURATO, J. R. Crédito: análise e avaliação do risco. São Paulo: Saint Paul, 2007.

SILVA, J. V. C.; SOUZA, I. C. P.; LEVINO, N. A. Educação financeira e finanças pessoais: uma análise dos discentes do curso de administração da universidade federal de Alagoas (UFAL). Congresso Nacional de Administração, Natal, 10p., 2016.

SILVA, J. P. Gestão e análise de risco de crédito. São Paulo: Atlas, 1998.

SILVA, J. T. L.; SOUZA, D. A.; FAJAN, F. D. Análise do endividamento e dos fatores que influenciam o comportamento de alunos universitários. XII SEGET, Resende, 15p., 2015.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC BRASIL). SPC: índices econômicos. Brasil, 2018. Disponível em <<https://www.spcbrasil.org.br/impressa/indices-economicos>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

SOUZA, A. S.; SILVA, A. M. Um curso de formação de professores em educação financeira escolar. 2015. 29p. Pós-graduação em educação matemática, Juiz de Fora, 2015.

ZANELLA, L. C. Metodologia de estudo e de pesquisa em administração. Capes, Florianópolis, 162p., 2009.